

VISÕES E CONCEPÇÕES DO ORIENTE MÉDIO NOS LIVROS DIDÁTICOS

VISIONS AND CONCEPTS OF THE MIDDLE EAST IN SCHOOL TEXTBOOKS

Jorge Luiz Raposo Braga¹

Eduardo Karol²

Luciano Dalcol Rodrigues Viana³

Lorena Mendes Vieira⁴

Resumo: O artigo objetiva analisar as ideias, visões e representações espaciais sobre o Oriente Médio, tendo como objeto de estudo as concepções de Oriente Médio apresentadas nos materiais didáticos de Geografia, e discutir a relevância da análise regional, consolidada nesses livros didáticos e seus reflexos na formação dos alunos. As concepções sobre o Oriente Médio estiveram sempre sustentadas nas visões e representações que muitos autores ocidentais tinham das sociedades locais. Tal conhecimento sistematizado, denominado orientalismo, acabou consolidando as imagens-força definidoras da realidade regional. Assim, tornou-se importante identificar de que forma essas interpretações influenciaram a Geografia. Para isso, partimos da análise de livros didáticos com o objetivo de entender como o orientalismo está presente em nossa disciplina. As análises dos textos revelaram que os conteúdos expressos nos livros não proporcionam a reflexão sobre as relações sociais estabelecidas no contexto regional e reafirmam as imagens cartográficas já consolidadas, definidas e a-históricas.

¹ Professor Assistente do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, Doutorando em Geografia Humana do Programa de Pós-Graduação da UNICAMP. jorgebragar@uol.com.br .

² Professor Assistente do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, Doutorando em Geografia Humana do Programa de Pós-Graduação da USP. eduardokarol@ig.com.br .

³ Graduado em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ, bolsista do projeto As Transformações no Mapa do Oriente Médio. lucianodalcol@yahoo.com.br .

⁴ Graduada em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ, bolsista do projeto As Transformações no Mapa do Oriente Médio. Lorena.mendesvieira@gmail.com

Palavras-chave: Oriente Médio; Ensino de Geografia; Livro Didático.

Abstract: The article aims to analyze ideas, visions and spatial representations about the Middle East in the way they are presented in the Geography textbooks, and to discuss the relevance of regional analysis, taking as the main object the conceptions of Middle East consolidated in those textbooks and the reflex of them in students' formation.

The conceptions about the Middle East have always been supported by the views and representations that many Western authors had about the local societies. That systematic knowledge, named Orientalism, ended up consolidating the power images that define regional reality. Therefore, it became significantly important to identify the path those representations influenced the science of Geography. In addition, we analyzed Geography school textbooks with the aim to understand how the Orientalism is present in our science. The analysis of the texts revealed that the content of those books do not allow the reflection of the social relations established in a regional context and reaffirm the already consolidated, defined, non-historical cartographical images.

Keywords: Middle East; Geography Teaching; Textbook.

A relevância da temática regional

Os debates que consolidaram a realidade mundial no fim da Guerra Fria procuravam fortalecer um discurso pautado na homogeneização das relações sociais em diferentes escalas; dessa forma, os globalistas desdobram-se em estratégias para consolidar a tese do fim das análises espaciais e ressaltar a lógica capitalista em marcha. Dentro dessa perspectiva, o processo global, em seu caminho moderno e modernizador, forjou um elo entre as múltiplas realidades que seriam sucumbidas pela totalidade. Entretanto,

a complexidade do mundo contemporâneo abriu um novo horizonte de reflexões no campo das Relações Internacionais, já que a emergência das particularidades contrapuseram o processo que tendiam a anulá-las. Assim, a região se recompõe como um nível decisivo de análise, com formas e conteúdos em constante mudança, mas isso não significa que a mesma estaria fadada ao desaparecimento como muitos globalistas afirmaram.

Segundo Correa (1997, p. 193), a globalização reconfigura o particular da região, agora “não mais dotada de autonomia, como talvez pudesse ser concebido em relação às velhas regiões-paisagens europeias, fica claramente evidenciado. E as múltiplas possibilidades de recortar a superfície tornam a categoria da particularidade mais relevante”. Nesse contexto, percebemos que a temática regional ganhou uma perspectiva bastante diferenciadora daquela que a consagrou nos livros didáticos de Geografia, ou seja, a região era destituída de todo e qualquer conteúdo histórico, como se ela fosse imutável e não se transformasse ao longo do tempo. Essa concepção via a região com contornos bem definidos cujo processo de formação e de mudanças não aparece. Tais representações produziram estereótipos das diversas regiões mundiais, dentre elas, a do Oriente Médio.

Associada à própria dinâmica globalizadora, a região adquire uma conotação mais ampla e complexa, como afirma Haesbaert (1999, p. 31):

se antes a região podia ser vista de forma contínua, como unidade espacial não fragmentada, hoje o caráter altamente seletivo e muitas vezes ‘pontual’ da globalização faz com que tenhamos um mosaico tão fragmentado de unidades espaciais que ou a região muda de escala (focalizada muito mais sobre o nível local, onde ainda parece dotada de continuidade) ou se dissolve entre áreas descontínuas e redes globalmente articuladas.

Nesse contexto, Haesbaert enfatiza a importância dos processos sociais como norteadores da fragmentação dos espaços, onde as escalas

local, regional e global são redefinidas diante da reestruturação do capitalismo. Portanto, as diferenças emergem e se contrapõem aos processos que procuraram homogeneizá-las. *“Daí a análise regional que, voltada para as particularidades, pode revelar aspectos da realidade que seriam mais difíceis de serem percebidos e analisados se considerados apenas do ponto de vista global”* (LENCIONI, 1999, p. 192).

Portanto, essa complexidade do mundo contemporâneo tem implementado desafios constantes aos professores de Geografia quanto à abordagem teórico-metodológica de seu objeto de estudo, levando-os a questionar, o que ensinar, como ensinar e para que ensinar, redefinindo suas práticas e a dos alunos, os quais eram vistos meramente como reprodutores das informações, ou seja, treinados a não pensar sobre o que é ensinado e sim, a repetir pura e simplesmente o que é ensinado, como se os mesmos não fizessem parte do processo de produção do conhecimento. Dessa forma, tornavam-se reféns do que a mídia produzia nos diferentes meios de comunicação ou permaneciam presos aos conteúdos consolidados nos diversos materiais didáticos disponíveis no mercado.

Desafios ao ensino de geografia

A globalização trouxe uma variedade de discussões que envolve o ensino de Geografia Regional, como terrorismo, aquecimento global, movimentos sociais, integração regional, conflitos étnicos e territoriais, entre outros, popularizando assuntos que, numa primeira leitura, estariam restritos a especialistas ou a homens de Estado. Este é um desafio que é posto às diferentes disciplinas escolares, e ensinar Geografia implica ir além do que está ao alcance de nossos olhos, elencar novos métodos que contribuam na construção do conhecimento geográfico, procurando despertar na relação professor-aluno uma abordagem mais dinâmica, entender que as transformações espaciais são históricas, fundamentadas em processos de

ocupação de várias gerações e, portanto, de relações conflituosas. Assim, percebemos que a temática regional vem interagindo com o cotidiano das pessoas, (des)construindo imagens cristalizadas sobre diferentes sociedades e suas referências espaciais. Podemos assinalar os estudos sobre o Oriente Médio que ocupam sistematicamente o imaginário da sociedade, exigindo que a Geografia reavalie não só seus métodos, mas o conteúdo que é ensinado, evitando uma análise descritiva do que se vê hoje no mundo. Dessa forma, rompe-se com uma representação regional parcelada, desconectada do todo, sem vínculo com o processo social responsável pela organização do espaço e suas relações instituídas, situação que está materializada em muitos livros didáticos que apresentam o Oriente Médio de maneira evasiva, ou seja, uma delimitação regional pronta e acabada, mesmo que haja imprecisões, dúvidas e incertezas sobre sua extensão territorial, mas, no senso comum, acostudou-se a representá-lo na confluência entre a África, a Europa e a Ásia.

A compreensão desses debates é importante para a Geografia, por serem os conflitos dessa região, territoriais. Mas sabemos que, apesar de existir um descompasso entre as diferentes delimitações da região, os autores que se debruçam sobre o tema consolidaram uma concepção cartográfica nos livros didáticos, fato que propicia uma compreensão estática da realidade local, apresentando a história regional como uniforme, subdesenvolvida, exótica, temível no imaginário dos alunos, desconsiderando, muitas vezes, a dimensão e as relações socioespaciais instituídas, que vão além das informações cristalizadas pelo senso comum.

A denominação Oriente Médio ganhou projeção a partir da Segunda Guerra Mundial e como fruto da dominação europeia; popularizou-se na mídia, nos centros de estudos especializados e nas escolas, mas, através do tempo, outras designações foram referenciadas a essa região, como, por exemplo, Oriente Próximo, Crescente Fértil, Ásia Menor, entre outras, que

caíram em desuso.

Akcelrud (1997) explica a variedade de nomes e dimensões dessa região através dos tempos, fato que denuncia os diferentes interesses e as relações de força de cada período, como podemos notar na designação de Oriente Próximo, que abrangia os territórios europeus balcânicos que faziam parte do Império Otomano, no século XVI, indo até onde se estendiam os interesses expansionistas das potências europeias. A expressão Oriente Médio foi cunhada no início do século XX sob a influência militar e se estendia da Arábia até a Índia. Esse período coincide com a ascensão do petróleo no planejamento das grandes potências, propiciando a popularização dessa expressão, já que os “grandes jornais, os diplomatas, toda a estrutura de comunicação e informação do colonialismo difundiram rapidamente a nova designação, afinal aceita e usada até mesmo pelos habitantes da região” (AKCELRUD, 1997, p. 7).

Mesmo tendo se consolidado no imaginário internacional, a imprecisão geográfica persiste, como podemos observar nas palavras de Pompeu (2006, p. 4):

A primeira coisa a observar sobre o Oriente Médio é que essa designação foi e é aplicada a conjunto diferentes de regiões, gerando dúvidas. Hoje em dia, a mídia e os livros didáticos costumam chamar de Oriente Médio as terras banhadas pelo Mediterrâneo ao sul e a leste, como a Ásia Menor (Turquia), Chipre, Egito, Israel, Palestina, Líbano e Síria, mais Jordânia e a Península Arábica – todo esse conjunto de países era antes conhecido como Oriente Próximo -, aos quais se acrescentam o Irã, o Afeganistão e o Iraque.

As preocupações de Pompeu refletem o quanto é polêmico o processo de regionalização que leva os pesquisadores a estabelecerem procedimentos técnicos para recortarem o território, elencando elementos que dão visibilidade ao conjunto daquilo que se pretende explicar. Assim,

diferentes formas de representação do mapa do Oriente Médio podem ser produzidas, não existindo uma concepção de “verdade absoluta”. Hourani (2006, p. 9/10) reforça essa preocupação, ao afirmar que:

(...) Seria possível argumentar que o tema é demasiado grande ou demasiado pequeno: que a história do Magreb é diferente da do Oriente Médio, ou que as histórias dos países onde o árabe é a língua principal não pode ser vista isoladamente da de outros países muçulmanos. Mas temos de traçar algum limite, e foi aí que decidi traçá-lo em parte devido aos limites do meu próprio conhecimento”.

Esses desafios acabam levando muitos pesquisadores a adotarem critérios que julgam mais convenientes a seus estudos, não se preocupando em esclarecer a problemática do recorte territorial, partindo do pressuposto que há uma unidade de entendimento do que seja o Oriente Médio. É o que observamos nas referências apontadas por Challita (1990, p. 13):

Quando se pensa no Oriente Médio, é bom lembrar ter sido naquela parte do mundo que a humanidade iniciou sua marcha rumo à civilização. Foi lá que o homem aprendeu a arar, a rezar, a arrepender-se do mal cometido. Foi lá que foi erigido o primeiro templo, lavrado o primeiro campo de trigo, celebrado o primeiro casamento, construído o primeiro lar, promulgado o primeiro código.

Mais tarde, foi lá que se desenvolveram as grandes civilizações que constituem, ainda, a base da nossa civilização. E foi nas montanhas luminosas daquela região abençoada que Moisés recebeu os Dez Mandamentos, que Jesus pregou seu Sermão da Montanha, que Maomé encontrou o anjo Gabriel – fundando, assim, sucessivamente, as três grandes religiões do mundo.

Este autor preocupa-se primeiro em delimitar a região e depois descrevê-la, ressaltando que, “para conhecer uma região, temos que conhe-

cer, primeiro, seu aspecto físico” (1990, p. 15). Essa afirmação nos reporta a alguns materiais didáticos de apoio que partem da concepção fragmentada do ensino de Geografia, isto é, as famosas “gavetas” que abordavam o conhecimento geográfico de forma estática e desconectada. Challita, ainda, referencia o Oriente Médio como uma zona estratégica do petróleo, pois, “basta observar um mapa-mundi para constatar a base dessa importância. Situado entre a África, a Ásia e a Europa, o Oriente Médio tem limites aproximadamente iguais com cada uma delas, e tem os únicos pontos de contato que ligam esses três continentes” (p. 19). Tais informações não são esclarecedoras quanto à complexidade das relações ali estabelecidas.

Demant (2004, p. 14) também chama a atenção para grande confusão terminológica que cerca essa temática regional, tornando impreciso o entendimento das realidades locais.

Na verdade, se a palavra árabe refere-se a um povo específico, Oriente Médio diz respeito a uma região geográfica em particular, e islã, a uma religião. (...) Ainda hoje há forte sobreposição dessas definições: afinal, raciocina-se, os árabes moram no Oriente Médio e são majoritariamente muçulmanos. Entretanto, existem no Oriente Médio importantes nações muçulmanas de povos não-árabes, como os turcos e curdos, e mesmos nações não predominantemente muçulmanas, como Israel, cuja população é majoritariamente judaica.

A expansão dessa população criou a esfera cultural do Oriente Médio, que adotou amplamente o idioma arábico e, em sua maioria, abraçou o islã. A essa altura, o mundo muçulmano e o chamado Oriente Médio é que eram coincidentes.

Podemos observar, também, nas formulações de Hourani (2006, p.9/10), preocupações com a problemática terminológica e as escolhas dos nomes para referenciar a história regional:

Usei nomes de países modernos para indicar regiões geográficas, mesmo quando esses nomes não eram usados no passado; (...) Em geral, usei nomes que serão familiares aos que leem sobretudo em inglês; a palavra ‘Magreb’ provavelmente é bastante conhecida para ser usada em vez de ‘Noroste Africano’, mas ‘Mashriq’ não é, e por isso usei ‘Oriente Médio’ em seu lugar.(...)Quando uso um nome que hoje pertence a um Estado soberano, ao tratar de um período anterior à existência desse Estado, estou me referindo a determinada região mais ou menos definida.

Dessa forma, é difícil pensar o contexto do Oriente Médio e suas representações espaciais a partir de uma “síntese cultural” que vê no islã a explicação de tudo, como se o mesmo pudesse ser estudado separado da economia, da sociologia e da política dos povos islâmicos, como afirmou Said (1990).

Oriente como invenção do ocidente

A expressão Oriente, que se internalizou nos povos locais e no meio midiático em geral, traz uma construção eurocêntrica, fruto do momento em que a Europa se “descobre” como Ocidente e passa a determinar os lugares das demais sociedades no cenário internacional. Segundo Souza Santos (1994), a partir do Renascimento a Europa se coloca como centro da história universal, relegando as outras sociedades ao passado, no caso da Ásia, ou submetendo-as à natureza, no caso da África e América Latina, como se as mesmas não tivessem histórias ou fossem incapazes de acompanhar as mudanças de seu tempo, perdendo, portanto, as oportunidades da modernização. Nesse contexto, ao se reconhecer como Ocidente, a Europa designa o não-ocidente, isto é, o Oriente, cuja representação espacial se estenderia pelos territórios das diversas civilizações milenares. Assim, o

Ocidente se vê como exultante, dinâmico, moderno, e classifica o Oriente de estático, aberrante, exótico, incapaz de se autor-representar.

Said (1990, p. 56) reforça esses valores que os ocidentais utilizam para distinguir suas sociedades das que eles denominam orientais, forjando nítidas divisões:

Quando se usam categorias como oriental e ocidental como pontos de partida e finais da análise, das pesquisas ou políticas públicas, o resultado costuma ser a polarização da distinção – o oriental fica mais oriental e o ocidental, mais ocidental – e a limitação do encontro humano entre culturas, tradições e sociedades diferentes.

Portanto, caberia aos impérios poderosos reabilitar essas sociedades do atraso e da desgraça do próprio declínio em que se encontravam e como numa “missão civilizadora”, caberia à Europa transformá-las em colônias produtivas. “Há ocidentais e há orientais. Os primeiros dominam; os segundos devem ser dominados, o que costuma querer dizer que suas terras devem ser ocupadas, seus assuntos internos rigidamente controlados” (SAID, 1990, p. 46).

De acordo com Souza Santos (1994), a relação da “descoberta” estabelece o “descobridor” como aquele que tem mais poder e saber do que o “descoberto”; portanto, quando a Europa definiu seu papel ao se identificar com o primeiro, legitimou seu lugar como “centro” e dos demais como “periferia”, instituindo binômios como superioridade-inferioridade, moderno-tradicional e civilizado-primitivo, entre outros.

Said (1990, p. 50) ressaltou que o orientalismo é esse conhecimento sistemático das representações que os intelectuais europeus faziam das sociedades ditas orientais. Era reforçado pelo “encontro colonial, pelo interesse disseminado a respeito do estranho e do incomum, explorado pelas ciências em desenvolvimento da etnologia, anatomia comparada,

filologia e história”, como também pela literatura, consolidando no imaginário europeu o Oriente como um campo que tem uma considerável ambição geográfica e que é delimitado pela sala de aula, pelo tribunal, a prisão e o manual ilustrado.

A categoria Oriente era apresentada de forma homogênea, não importava se estavam falando do Egito, China ou Índia; o que bastava era o que os europeus sabiam dessas sociedades, ou seja, já existiam ideias pré-concebidas, restava apenas confirmá-las empiricamente. É o que o colonialismo vai procurar fazer. “O Egito e outras terras islâmicas foram considerados como a província viva, o laboratório, o teatro do efetivo conhecimento ocidental sobre o Oriente” (SAID, 1990, p. 53).

Portanto, quando usamos os recortes espaciais para exemplificar questões, objetos, qualidades e regiões da concepção oriental, estaremos reafirmando o senso comum, tornando uma percepção regional como sendo simplesmente a realidade.

Said (1990, p. 118) afirma que devemos ter esse cuidado quando inadvertidamente trabalhamos com a categoria Oriente, pois, se não percebermos as “armadilhas” que ela nos põe, caímos na tentação de concebê-la numa representação elástica e imutável.

As limitações do orientalismo são aquelas decorrentes de se desconsiderar, essencializar e desnudar a humanidade de outra cultura, outro povo ou região geográfica. Mas o orientalismo foi além disso: considera o Oriente como algo cuja existência não apenas está à vista, mas permaneceu fixa no tempo e no espaço para o Ocidente. O sucesso descritivo e textual do orientalismo foi tão impressionante que períodos inteiros da história cultural, política e social do Oriente são considerados como meras respostas ao Ocidente. Este é o agente e o Oriente é o reagente passivo. O Ocidente é espectador, juiz e júri de cada faceta do comportamento oriental”

Assim, em uma primeira aproximação com o material didático, constatamos que o item Oriente Médio é abordado a partir da lógica do conflito, seja ele bélico ou étnico-religioso. É exatamente essa abordagem que queremos analisar e problematizar. Ao apresentar o Oriente Médio como a região do mundo que possui o maior número de ingredientes para gerar um grande foco de tensões geopolíticas no mundo contemporâneo, não há uma preocupação com sua delimitação, pois a atenção está voltada para os conflitos que têm na relação entre “Árabes e Israelenses” a principal fundamentação da realidade regional. Dessa forma, consideramos que é insuficiente a análise para fundamentar a ideia de totalidade das relações estabelecidas nessa parte do mundo.

Portanto, o objetivo do presente projeto de pesquisa é analisar as ideias, visões e representações espaciais sobre o Oriente Médio presentes nos materiais didáticos de Geografia, contribuindo para a reflexão de um tema importante no contexto internacional e suas implicações ideológicas na formação do aluno, como também desenvolver materiais para a aula de Geografia regional.

Análise do material didático

O material didático tem, de acordo do com Plano Nacional do Livro Didático – PNLD 2008 –, a proposta de “(não se) constituir no único material de ensino de sala de aula, mas pode ser uma referência nos processos de ensino e aprendizagem que estimule a curiosidade e o interesse para a discussão, a análise e a crítica dos conhecimentos geográficos” (MEC, 2007, p. 27), que nos permite entender seu uso pelos professores de todas as séries regulares. De fato, o livro didático é um instrumento da metodologia de ensino das instituições que, pautada também na capacidade do professor, amplia os horizontes dos educandos para além das páginas do

mesmo, incitando a reflexão, a pesquisa e a crítica dos alunos para além do proposto pelo material.

No entanto, na prática docente vê-se que, por vários motivos, os professores mantêm-se atrelados ao livro e somente seguem suas referências, muitas vezes sem uma reflexão maior sobre o papel daquele instrumento no ensino de seus alunos, e em sua retórica, que se torna cada vez mais vazia. O professor-pesquisador tem como política norteadora a formação continuada, que visa também à construção de um conhecimento crítico, e de um material próprio independente do material didático a ser utilizado. A contínua repetição de conteúdos não refletidos acaba por delimitar a capacidade de aprendizado dos alunos, e um ciclo se engendra dentro dos conhecidos modelos alienantes que tanto buscamos desfazer em nossa sociedade.

Ao analisarmos a dinâmica do Oriente Médio nos livros didáticos, buscamos de antemão levantar o papel do professor-pesquisador que, dentro de seu instrumento de trabalho, percebe disparidades que são insustentáveis à prática docente e à pesquisa geográfica. Entender que uma região complexa seja posta resumidamente em um único conflito demonstra a limitação do entendimento do que se quer estudar, questões primazes para o momento contemporâneo que vivemos. Estabelecer que este ou aquele choque não corresponde a uma estratégia geopolítica global é negar a própria dinâmica de uma “ordem hegemônica”.

Moreira e Sene (2002), James e Mendes (2005) e Krajewsky, Guimarães e Ribeiro (2000) convergem no sentido que trabalham com um enfoque (ou o mais evidente) da região: o conflito Israel – Palestina, ocasionando uma apreensão simplista, onde o Oriente Médio se limita a esse conflito somente, desconsiderando quaisquer outros que porventura existam. A discussão baseia-se na temática “globalização e fragmentação”, buscando

uma análise baseada nas questões étnicas, que estas geram conflitos e tais conflitos são o foco de atenção dos autores acima citados. Assim, os mesmos trabalham com o conceito de território, numa concepção na qual o território existe sobre a premissa do Estado-Nação. Segundo o PNLD (2008), território caracteriza-se “como produto histórico e cultural, definido pela estrutura de poder” (MEC, 2007, p. 26), o que permeia a lógica do conflito acima citado.

No livro de Moreira e Sene (2002), nosso objeto de estudo encontra-se na Unidade 6 – Globalização e Fragmentação – Item 2 – O mundo em desintegração, no tópico “Conflitos entre Judeus e Árabes”. Os autores trabalham com o conceito de território como estruturado da Unidade e focam diretamente o conflito árabe-israelense de forma a manter a questão do Oriente Médio centrada somente nesse ponto, dando prioridade à apreensão do conflito como questão-chave do Oriente Médio. Mapas ilustram a evolução das linhas do território israelense em 1947, 1949 e 1967, assim como áreas de domínio israelense nos Territórios Ocupados. Os autores trabalham o Oriente Médio conflituoso entre árabes e judeus começando no século XIX, com as reivindicações judias. “A partir de então, começou a imigração judaica para esse território, sob controle britânico. Com a ascensão do nazismo na Alemanha, na década de 1930, intensificou-se a saída de judeus da Europa” (MOREIRA e SENE, 2002, p. 383). Ao final, demonstra um pequeno quadro com informações sobre a questão curda, sem aprofundá-la.

James e Mendes (2005) o apresentam na Parte II – Geral; Capítulo 10 “Os conflitos internacionais e a organização do espaço”, Parte 4 “Conflitos em outras regiões do planeta”, Item “Conflito Árabe-Israelense”. Esses autores subdividem o texto em subitens: “O Começo da História”; “O Crescimento das Tensões”; “A Partilha da ONU e as Guerras”; e “A

Situação Depois da Guerra Fria”. A Unidade apresentada pelos autores é bem ampla, permitindo grandes discussões a serem feitas, e a escolha dos mesmos sobre a temática do Oriente Médio cai em um conflito evidente, conforme entendemos que os autores também perceberam outras discussões tão importantes quanto a do Oriente Médio. Assim sendo, resume-se a temática daquilo que é mais visível. James e Mendes (2005), no entanto, começam a temática dos conflitos pelo Afeganistão, apesar de não localizá-lo diretamente no Oriente Médio; prescreve toda a história de conflitos, desde as invasões soviéticas até os dias atuais, com o enfoque no fomento ao terrorismo mundial. Deste, partem para a questão curda e os conflitos da formação de seu estado nacional. Terminam o capítulo no dito conflito árabe-israelense. Justificam a importância desse conflito com o trecho abaixo:

A dissolução do Império Otomano, no final da I Guerra Mundial, facilitou teoricamente a inserção econômica dos ingleses e franceses na região, mas abriu outras feridas, que ainda não cicatrizaram. Uma dessas feridas, talvez a mais séria, é a questão entre palestinos e israelenses, que permeou todo o século XX.

A construção do conflito é trabalhada historicamente, com os autores datando os primeiros momentos em 1250 a.C., mapas sugestivos da evolução das fronteiras de Israel em 1947 e 1949 e o controle de Israel das áreas da Península do Sinai, Faixa de Gaza, Cisjordânia e Golan, em 1967. Uma gravura dos acordos de paz assinados por Y. Rabin e Y. Arafat, acompanhados por B. Clinton, em 1993, como uma demonstração das conjunturas atuais desse embate. A ilustração no início do capítulo deixa claro o que pretende dizer em suas páginas.

Krajewsky, Guimarães e Ribeiro (2000) o expõem na Unidade I – “O Mundo Político-Contemporâneo”, Capítulo 5 “Os conflitos Étnico-Religiosos no Oriente Médio e na África”, Item 1 “Os Conflitos entre

Árabes e Israelenses”, subdivididos em “A Guerra da Partilha”, “A Guerra do Canal de Suez”, “A Guerra dos Seis Dias”, “A Guerra do Yom Kippur”, “Rumo dos Conflitos”. Os autores buscam compreender a região Oriente Médio, quando explicitam que:

O Oriente Médio é a região do mundo que possui o maior número de ingredientes para gerar um grande foco de tensões geopolíticas no mundo contemporâneo. Há conflitos de ordem regional em que minorias são esmagadas e perseguidas, como é o caso dos curdos no Iraque e na Turquia. Há conflitos relativos à disponibilidade de água, já que a maior parte da região é desértica e sofre com a escassez hídrica. Há interesses geoestratégicos em jogo, pois a região está posicionada na junção entre a Europa, a Ásia e a África. Há problemas de ordem econômica, também, pelo fato de essa região possuir petróleo, uma das fontes de energia mais valorizadas no mundo contemporâneo. E há outro fator de suma importância: a área em questão é o berço de três religiões monoteístas de alcance universal – o cristianismo, o judaísmo e o islamismo. A somatória desses ingredientes faz dessa parte do mundo um barril de pólvora sempre prestes a explodir”.

A proposta, no manual do professor, é regional, mas o desenvolvimento da Unidade caminha para o conflito, não concretizando sua primeira ideia no fim da Unidade. Apesar da ampla compreensão da complexidade da região do Oriente Médio, os autores novamente caminham para a redução da temática sobre o conflito árabe-israelense. A construção desse pensamento, no entanto, inicia-se quase que com uma passagem bíblica, ao utilizar-se da imagem de Abraão, Davi e Salomão. Sugere, ainda, no texto, que, pela divisão de Israel após a morte de Salomão, ali coexistiam diferentes nações. Ilustram o capítulo com vários mapas da evolução das fronteiras de Israel, com um primeiro mapa histórico remetendo-se ao período bí-

blico, acompanhado de uma gravura de um kibutz (em Megiddo). Outros mapas caminham pela mesma estrutura que os demais autores fizeram: Israel em 1947, e em 1948, no fim da Guerra dos Seis Dias (1967). Outro mapa representa os Territórios Ocupados e demais áreas sob administração palestina e termina o capítulo como os demais: uma gravura dos acordos de paz entre Y. Arafat e E. Barak, acompanhados de B. Clinton, em 2000, dando a entender a atual conjuntura do conflito.

Magnoli e Araújo (2005), na Parte 3 “Geografia e Geopolítica da Globalização”, dentro da Unidade 8, “Geopolíticas da Globalização”, Capítulo 29, “O Mundo Muçulmano e o Oriente Médio” demonstram o tema. De uma forma diferenciada, os autores trabalham a ideia que “*o islã é, ao lado do cristianismo e do judaísmo, uma das três grandes religiões monoteístas*” (MAGNOLI e ARAÚJO, 2005, p. 514), significando uma construção religiosa, *a priori*, dos conceitos a serem trabalhados pelos autores. Diferentemente de Krajewsky, Guimarães e Ribeiro (2000), que também abordam as questões da fé como primazes para entender o contexto da região, Magnoli e Araújo (2005) buscam a compreensão da fé islâmica, sua origem e diferenciação das demais crenças oriundas da região.

Só há um Deus, que é Alá, e Maomé é o seu profeta.
A voz do anjo Gabriel transmitiu essa mensagem a Maomé, no ano 610. A partir da Noite do Destino, como ficaria conhecida, o profeta recebeu várias outras revelações e passou a pregar a nova fé monoteísta na cidade de Meca.

A partir dessas considerações, os autores caminham para a compreensão dos sentimentos nacionalistas e o conflito do nacionalismo árabe e o estado de Israel. A partir desse momento, os autores caem na mesma prática que os anteriores, buscando compreender a dinâmica do Oriente Médio dentro desse específico conflito, ainda que trabalhe, a partir desse tópico,

as complexidades dos movimentos Sionista e o Pan-Arabismo. De certo, os autores colaboram com a visão do Oriente Médio como os anteriores, ao buscar no conflito a explicação para a dinâmica da região. Observa-se, no entanto, que Magnoli e Araújo (2005) têm trabalhado também com o conflito do mundo islâmico e o Ocidente, ao buscar compreender o terrorismo internacional. Termina, diferentemente, com a visão crítica sobre o trabalho da mídia mundial em assinalar que o islã e o fundamentalismo islâmico caminham para uma *jihad* terrorista, complementada por análises de especialistas na questão, como Huntington (MAGNOLI; ARAÚJO, 2005, p. 522). Trabalha com um grande número de mapas que analisam o crescimento do mundo islâmico e o mundo muçulmano, associando a imagem da diáspora árabe ter sido dada pela expansão da fé islâmica, de acordo com nossa interpretação do texto.

Demais mapas repetem a ideia da construção das fronteiras do Estado de Israel, além de um mais detalhado com as colônias israelenses nos territórios ocupados e um corte longitudinal de Israel/Cisjordânia/Jordânia, demonstrando uma fragilidade na questão da água naquela parte da região do Oriente Médio. Demais gravuras apresentam a fé islâmica e os feitos do passado, como o Canal de Suez em 1941, e a inauguração de uma refinaria por Nasser, em 1956. Por último, os autores, ao discutirem sobre o terrorismo, apresentam imagens de Khomeini e de Bin Laden, seu último ícone. Na seção de atividades, utilizam-se de vários extratos para os exercícios e apresentam excelentemente uma imagem do “muro de segurança” erguido pelo governo israelense, dividindo-se da Cisjordânia.

Vesentini (2003) trata, na Unidade XI, “África e Oriente Médio”, do Capítulo 64, “Oriente Médio (I) – Aspectos Gerais”, ao Capítulo 66, “Oriente Médio (III) – Os Países Árabes”, dessa temática. O autor trabalha com a visão clássica regional, partindo a temática em três capítulos. O

primeiro trabalha na delimitação da região, explicando sua importância no cenário global.

Considera-se atualmente Oriente Médio toda a região que vai da Turquia, a oeste, até o Afeganistão, a leste, tendo como centro a parte asiática do Egito (predominantemente um país africano), Israel, Jordânia, Síria, Líbano, Iraque, Irã, e os países da península arábica: Arábia Saudita, Kuwait, Iêmen, Omã, Bahrein, Catar e Emirados Árabes Unidos. Também no Oriente Médio está situado o Chipre, país que ocupa a maior parte de uma pequena ilha do Mediterrâneo, com 9.200 km²; um terço desse total está sob controle turco. Por sua vez, parte do território da Turquia fica na Europa, mas, por causa da religião muçulmana, da sua tradição histórica e dos valores do povo, a Turquia é considerada um país asiático e pertencente ao Oriente Médio”.

Busca a compreensão dos aspectos físicos, depois econômico-políticos, numa linha bem didática e elucidativa. Aborda nesse capítulo questões de conflitos renegados pelos demais autores, como a Turquia e o Chipre, o Afeganistão (trabalhando a história do país, dos momentos conflituosos com a URSS até os últimos ataques dos EUA), e o Irã (da Revolução de 1979 até os dias atuais). No capítulo seguinte, o autor resolve debater a questão árabe-israelense desde o momento da criação do Estado de Israel (1947), caminhando também para a análise da economia israelense e o contraste com a tentativa de organização do Estado Palestino, e, por último, cita a problemática da água. Concluindo sobre a temática, Vesentini (2003) debate sobre o mundo árabe e o islã na região, e as complexidades dos embates do Iêmen, do Líbano e do atual Iraque.

Graficamente, o autor demonstra todas suas questões por meio de mapas e gravuras como os que, de início, demonstram a divisão política e depois os aspectos físicos da região, um mapa clareando a situação entre

Turquia e Chipre, a reivindicação curda na região; os típicos mapas da formação territorial israelense, contrastando com mapas de campos de refugiados palestinos em Israel e nos demais países árabes. Há um mapa contrastando o mundo árabe do Oriente Médio, mostrando a extensão do Magreb como sendo complementar a cultura e etnia da maioria da população da região. As gravuras demonstram os soldados americanos “ocupando o Afeganistão” (p. 423), em 2001, e mulheres islâmicas no Irã fundamentalista, cobertas com véus. Outras gravuras ainda mostram a produção agrícola israelense e um acampamento palestino com condomínios israelenses ao fundo. Ainda aparecem cidades tipicamente árabes, como Riad, e uma foto aérea da Grande Mesquita de Meca, ambas na Arábia Saudita. Termina com uma foto de uma manifestação iraquiana apoiando o antigo líder S. Hussein, em 2003.

Reflexões Finais

A temática que envolve o Oriente Médio desperta uma variedade de interesses em nossa sociedade, tornando o ensino de Geografia cada vez mais instigante e dinâmico, mas, muitas vezes, deparamo-nos com um número expressivo de informações produzidas pela mídia ou pelo material didático de apoio. O que fazer? O que ensinar? Como ensinar? Para que ensinar? . São inúmeras perguntas que nos fazemos ao refletir sobre a melhor maneira possível de discutir não só as relações sociais que são estabelecidas no contexto regional, mas também como representá-las espacialmente, subvertendo as imagens cartográficas já consolidadas que já nascessem prontas, definidas, acabadas, a-históricas. Estão ali, num mapa em um canto qualquer ou em algumas páginas do Atlas Geográfico. Pronto. Não precisamos refletir, (des)construir o que nos é imposto. Esse é o nosso desafio como professores de Geografia: repensar os currículos escolares e os métodos e conteúdos abordados em sala de aula.

Referências

- AKCERULD, Isaac. **Um mito a menos**: um mapa imperial do início do século. São Paulo: Contraponto, 1997.
- CHALLITA, M. **Este misterioso Oriente Médio**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- CORREA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2004.
- GEIGER, Pedro Pinchas. O povo judeu e o espaço. In: **Revista Território**, ano III, n.5, jul/dez, 1998.
- HALLIDAY, Fred. **Islam and the myth of confrontation** – religion and in the Middle East. New York: I. B. Tauris, 1999.
- HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- JAMES, O. T. e MENDES, I. L.. **Geografia Geral e do Brasil**: estudos para a compreensão do espaço. Vol. único, Livro do Professor. São Paulo: FTD, 2005.
- KRAJEWSKY, A. C., GUIMARÃES, R. B. e RIBEIRO, W. C.. **Geografia: Pesquisa e Ação**. Vol. único. Manual do Professor. São Paulo: Moderna, 2000.
- MAGNOLI, D. e ARAÚJO, R. **Geografia: A Construção do Mundo: Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2005.
- MEC. **Guia de livros didáticos PNLD 2008**: Geografia / Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2007.
- MOREIRA, J.C. e DE SENE, E. **Geografia para o Ensino Médio**: Geografia Geral e do Brasil. Vol. único. São Paulo: Scipione, 2002.

POMPEU, Renato. As lições sobre a história do Oriente Médio In: **Revista Caros Amigos – Especial sobre o Oriente Médio**, 2006.

SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **O fim das descobertas imperiais**. São Paulo: Jornal da AGB, 1994.

VESENTINI, J. W. **Geografia: Série Brasil: Ensino Médio**. Vol. único. São Paulo: Ática, 2003.